

VALORAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL URBANO LAGOA DAS BATEIAS, MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BA

Mariana de Carvalho Aguiar Ribas ¹; Alessandro de Paula ²

¹ UESB, Estrada do Bem-Querer, Km 04, 45083-900 Vitória da Conquista – BA; mcaribas@hotmail.com

²UESB, Estrada do Bem-Querer, Km 04, 45083-900 Vitória da Conquista - BA; depaula.alessandro@gmail.com

Resumo: A valoração ambiental é definida como um conjunto de técnicas e métodos que permitem medir as expectativas dos benefícios e custos derivados de algumas ações dentre elas: uso de um ativo ambiental, realização de melhoria ambiental e geração de um dano ambiental. O objetivo deste trabalho foi avaliar a disposição a pagar (DAP) dos entrevistados para a conservação e preservação do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias (PMULB), localizado no município de Vitória da Conquista (BA) por meio do método de valoração contingente (MVC). Os 150 questionários aplicados abordaram os seguintes temas: características do entrevistado, características socioeconômicas, percepção ambiental, disposição a pagar e a disposição ao trabalho voluntário. Realizou-se 190 entrevistas, sendo destas 150 realizadas com os usuários do Parque (abordados aleatoriamente) e 40 com a população do bairro Bateias. Os resultados evidenciaram que os moradores do entorno visitam o local com menor frequência que os moradores de outros bairros; 43% dos entrevistados não sabem o que é e qual a função de uma UC; 73% dos entrevistados não sabem o motivo da criação do parque. A visitação ao local é constante por aproximadamente 70% dos entrevistados. Contudo, somente 42% dos usuários do Parque estão DAP pela manutenção das suas funções tendo sido encontrada uma DAP média de R\$ 3,64/mês. **Constatou-se então a necessidade de que um programa de educação ambiental seja realizado com os usuários do parque e a população do entorno para que eles compreendam a importância de conservar os recursos naturais e a importância dessa área verde para o município.**

Palavras-chave: disposição a pagar; método de valoração contingente; planalto da Conquista; unidade de conservação

ENVIRONMENTAL VALUE OF THE MUNICIPAL URBAN PARK "LAGOA DAS BATEIAS", VITÓRIA DA CONQUISTA CITY, BA

INTRODUÇÃO

Romero (1997) define a valoração econômica dos recursos ambientais como um conjunto de técnicas e métodos que permitem medir as expectativas dos benefícios e custos derivados de algumas das seguintes ações: uso de um ativo ambiental, realização de melhoria ambiental e geração de um dano ambiental.

Young e Fausto (1997) enfatizam que a valoração econômica se refere à forma como os recursos naturais são utilizados, evidenciando ao máximo os benefícios para um grupo de pessoas, dentre elas as que não possuem poder decisório sobre o manuseio dos recursos.

Todo recurso ambiental tem um valor intrínseco que reflete os direitos de existência e interesse por espécies e recursos naturais, como água, solo, ar, porém já do ponto de vista econômico, o valor relevante de um determinado recurso ambiental é aquele importante para a tomada de decisão, ou seja, é a contribuição do recurso para o bem-estar social (Ortiz et al., 2001).

Os recursos ambientais geram diversos bens e serviços que são refletidos, no bem-estar geral dos indivíduos. Alguns desses benefícios podem ser valorados com facilidade, pois estão relacionados de alguma forma com o sistema de mercado (produção de alimentos, minérios). Todavia os bens e serviços gerados pelo meio ambiente, tal como recreação e turismo, por não possuírem preços de mercado, são difíceis de serem mensurados monetariamente através da teoria econômica “tradicional” (Pearce, 1993 citado por Finco, 2010).

Finco (2010) afirma que a ausência de um mercado real que sirva de parâmetro compromete o estabelecimento de um preço ou de um valor monetário para esses benefícios. Uma solução utilizada para suprir essa dificuldade é a implantação de métodos de valoração ambiental, que captam e atribuem valores para os bens e serviços ambientais, através da criação de um mercado hipotético.

Percebem-se dificuldades em se valorar monetariamente os ativos e os seus serviços ambientais devido à característica de bens públicos dos ativos da natureza. Os bens públicos são os que apresentam características: serem recursos comuns, de livre acesso e direito de propriedade não definidos (Pindyck e Rubinfeld, 1999 citado por Cirino e Lima, 2008).

Os ativos ambientais enquadram-se na categoria de bens públicos, por este motivo, sua preservação torna-se uma função do Estado, devido à incapacidade do mercado para provisionar bens dessa natureza. Segundo Cirino e Lima (2008) foi

desenvolvido um conjunto de conceitos, métodos e técnicas com o objetivo de calcular os valores econômicos de ativos ambientais visando auxiliar o governo na determinação do nível ótimo de disponibilidade e qualidade dos recursos ambientais.

Brandli et al. (2006) afirmam que valorar bens e serviços ambientais não é uma tarefa fácil e por isso existem na literatura várias metodologias que vêm sendo empregados capazes de conectar a provisão dos recursos naturais e a estimativa econômica de seus benefícios e também estudados quanto a sua eficiência e eficácia para captar e atribuir valores para os bens e serviços ambientais. Segundo Nogueira et al. (2000) não existe uma classificação universalmente aceita sobre técnicas de valoração econômica ambiental, existindo diversas classificações.

O valor econômico dos recursos ambientais deriva de todos os seus atributos podem estar ou não associados ao uso. Motta (1998) classifica o Valor Econômico Total em duas categorias: valor de uso e o valor de não uso.

O valor de uso é atribuído pelo uso presente do recurso ou pelo seu potencial de uso futuro. O valor de não uso é um valor dissociado do uso, ou seja, reflete um valor que reside nos recursos ambientais, independentemente de uma relação com os seres humanos. Ele é derivado de uma posição moral, cultural ou ética em relação aos direitos de existência de espécies ou de preservação de outras riquezas naturais, mesmo que não representem uso atual ou futuro para o indivíduo (Marques e Comune, 1995).

Segundo Motta (1998), os métodos de valoração econômica propõem a forma de análise de custo-benefício, em que os valores sociais dos bens e serviços são considerados de forma a refletir variações de bem-estar e não somente seus respectivos valores mercadológicos.

Esse mesmo autor classifica os métodos utilizados para valoração econômica em dois grandes grupos: Métodos Indiretos (métodos de produtividade marginal, despesa de reposição, despesa de re-localização, despesas de proteção, despesas de prevenção/mitigação) e os Métodos Diretos (métodos de preços hedônicos, método do custo de viagem e método de valoração contingente).

A função do método indireto é identificar se um bem ou serviço privado é afetado indiretamente pela degradação, e os métodos diretos, ao contrário, utilizam mercados substitutos ou mercados hipotéticos para medir diretamente a demanda pela qualidade ambiental. Os métodos diretos de valoração procuram revelar as preferências através de situações reais (métodos de preços hedônicos e de custo de viagem) ou através de situações hipotéticas (método da valoração contingente). Este método assume que a

variação da disponibilidade do recurso ambiental altera a disposição a pagar ou aceitar dos agentes econômicos em relação àquele (Sousa e Mota, 2006).

A valoração ambiental vem sendo utilizada em termos práticos. Segundo Nogueira e Medeiros (1999) os valores estimados por trabalhos empíricos para bens e serviços ambientais tem sido utilizados, principalmente, de três maneiras: quantificação monetária de benefícios, análise de custo-benefício de projetos de conservação e melhoria de ativos ambientais; referência na determinação de multas ou compensações para danos ou melhorias ambientais; e definição de tarifas para o uso de um bem ou serviço ambiental.

A estimação do valor de uso é de suma importância, pois torna possível fornecer aos órgãos competentes e aos tomadores de decisão todo o arcabouço necessário como base para a implantação de políticas de conservação e preservação dos recursos naturais e ambientais. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar a disposição a pagar (DAP) dos usuários e moradores do entorno do Parque para conservação e preservação da área.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da Área de Estudo

O PMULB localiza-se no Bairro Bateias zona urbana da cidade de Vitória da Conquista que abrange os loteamentos: Terras do Remanso, Cidade de Serrinha, Santa Cruz, Cidade Modelo, Urbis II e Urbis III. Faz parte da sub-bacia do Rio Santa Rita, que compõe a bacia do Rio Verruga, principal sistema hídrico do município, e esta por sua vez se integra a grande bacia do Rio Pardo (Soares Filho et al., 2008). A superfície da sub-bacia do rio Santa Rita é da ordem de 13.292 ha e sua maior parte se encontra na zona rural. A área da lagoa representa aproximadamente 53 ha (0,4 %) desta sub-bacia (Lima et al., 1999).

O PMULB foi criado pelo poder público municipal em 05 de junho de 2007 através do Código Municipal do Meio Ambiente (Lei 1.410/2007) o Art. 23º determina como área do parque a Lagoa das Bateias e entorno compreendidos pela pista perimetral. Sua área é de aproximadamente 53 ha, e conta com três tipos de ambientes: o espelho d'água, o litoral e o ninhal (PMVC, 2010).

A lagoa, propriamente dita, é a maior área do parque e caracteriza-se por ser uma massa d'água doce com aproximadamente 26 ha e profundidade média de dois metros. O litoral é a área de terras que circunda a lagoa com 13 ha e abriga vegetação ruderal e de charco, além da infra-estrutura do parque com museu, quiosques, parque infantil, quadras,

áreas arborizadas e pistas para passeios e ciclismo. Por fim, o ninhal é uma ilha de 14 ha encharcada na região central da lagoa dominada por taboas, que funciona como área de reprodução e dormida de várias espécies, principalmente aves. A vegetação do entorno da lagoa é classificada como ruderal, formada por uma composição mista de espécie, muitas trazidas das vegetações naturais das circunvizinhanças pela movimentação humana, fauna ou pelo vento (Soares Filho et al., 2008).

Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de 190 entrevistas realizadas no período de 08 de março a 30 de abril de 2010 no Bairro Bateias e no Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias. A coleta de dados foi realizada em dias e turnos alternados, tendo o entrevistado a idade mínima de 18 anos.

O questionário (ANEXO 1) utilizado foi dividido em cinco partes, abordando os seguintes temas: características do entrevistado, características socioeconômicas, percepção ambiental, disposição à pagar e a disposição ao trabalho voluntário.

O tamanho da amostra para a população do bairro foi estimada pela metodologia proposta por Gil (1995) para populações finitas (abaixo de 100.000 observações):

$$n = \frac{\delta^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \delta^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde: n é o tamanho da amostra; δ^2 = estimativa do nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão; p = probabilidade de o fenômeno ocorrer; q = probabilidade complementar; N = tamanho da população e e^2 corresponde ao erro máximo permitido.

Para determinação do tamanho da amostra adotou-se dois desvios-padrão como nível de confiança. Para a probabilidade de ocorrência do evento “ p ”, adotou-se o valor máximo 0,5, conseqüentemente, “ q ” é igual a 0,5. O erro máximo adotado foi de 10%.

A equação anterior resultou em uma amostra de 40 indivíduos.

Avaliação da DAP

Para a determinação da Disposição à Pagar(DAP) utilizou-se o Método de Valoração Contingente (MVC), no qual foram medidas as preferências individuais do entrevistado a partir da DAP.

Mediante a apresentação do conceito de unidade de conservação e da sua importância, criou-se um mercado hipotético, no qual as pessoas pagariam uma taxa

adicional, na conta de energia elétrica, onde o dinheiro arrecadado seria destinado a uma Organização não Governamental (ONG) da cidade que iria gerir o recurso, sendo o valor a ser cobrado o citado no formulário da pesquisa.

A determinação da DAP foi feita através do modelo de jogos de leilão, adaptado da metodologia proposta por Silva (2003) onde foram apresentados valores variando entre R\$ 0, 50 a R\$ 30,00. Dessa forma, foram apresentados os valores aos entrevistados para verificar qual ele estaria disposto a pagar mensalmente para conservação e melhoria do bem.

A análise da associação das variáveis, ou seja, o grau de dependência entre elas foi realizado utilizando o coeficiente de contingência de Karl Pearson (Pearson, 1900). Sendo que neles os valores entre:

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 233 pessoas abordadas, cerca de 82% se dispuseram a participar da pesquisa. A recusa deveu-se principalmente ao receio de não saber responder as questões propostas e também da afirmação de falta de tempo. Dentre os usuários do parque foram entrevistadas 150 pessoas e do bairro Bateias 40 pessoas.

Constatou-se, que, do total de entrevistados, 64% são do sexo feminino, 34% são do sexo masculino. Esses dados denotam que há maior participação das mulheres no local para a prática de atividades físicas.

Detectou-se que 62% dos entrevistados não moram no entorno da lagoa, sendo estes residentes, principalmente, dos bairros: Brasil; Ibirapuera; Zabelê; Patagônia. Tais dados explicitam que, por não haver locais adequados para atividade física e recreação nos seus bairros, os moradores se deslocam para procurar um local que satisfaçam essa necessidade. Percebe-se que mesmo próxima do local, é relevante observar que a população do bairro Bateias não representa a maioria dos visitantes, cerca de 38%.

A Tabela 1 mostra que a distribuição da faixa etária dos entrevistados encontra-se principalmente entre 52 e 56 anos (15%). Nota-se que a faixa etária acima de 60 anos representa 10% dos entrevistados. As faixas com menor número de entrevistados foram de 18 a 22 anos e 34 a 36 anos apresentando ambas apenas 6%. É importante ressaltar que esta população apresenta atualmente maiores índices de doenças provocadas pelo sedentarismo, como as cardiovasculares (Rivaglia, 2010).

Tabela 1 - Distribuição da faixa etária dos entrevistados no Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias e no Bairro Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Faixa Etária	Número de entrevistados	Porcentagem(%)
18 a 22	6	3%
22 a 26	17	9%
26 a 30	12	6%
30 a 34	26	14%
34 a 36	6	3%
36 a 40	14	7%
40 a 44	16	8%
44 a 48	18	9%
48 a 52	17	9%
52 a 56	28	15%
56 a 60	11	6%
Acima de 60	19	10%
Total	190	100%

Analisando-se a distribuição da renda mensal dos entrevistados (Tabela 2), notou-se que a metade destes (54%) possui a renda mensal bruta, individual entre R\$ 510,00 a R\$ 1.530,00. Fato que valida a distribuição de renda da população entrevistada é o nível de escolaridade dos mesmos.

Tabela 2 - Renda mensal dos entrevistados no Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias e no Bairro Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Renda mensal	Número de entrevistados	Porcentagem (%)
até 1 Salário Mínimo	38	20%
1 a 3 Salários Mínimos	102	54%
3 a 6 Salários Mínimos	47	25%
6 a 10 Salários Mínimos	3	2%
Total	190	100%

Com relação ao grau de instrução (Tabela 3) verificou-se que 38% dos entrevistados possuem somente o segundo grau completo. Porém 54% da amostra encontra-se entre os que são analfabetos e possuem ensino médio incompleto. Algo já esperado, pois 57% dos entrevistados encontra-se situados em faixa etária acima de 40 anos, e no passado o acesso a educação era mais restrito. Dados semelhantes foram encontrado por Braga et al. (2005) num estudo de valoração ambiental no Parque

Nacional Lagoa do Peixe (RS) onde 42% dos usuários entrevistados possuíam no máximo, o primeiro grau completo.

Tabela 3 - Nível de escolaridade dos entrevistados no Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias e no Bairro Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Nível de Escolaridade	Número de entrevistados	Porcentagem(%)
Analfabeto	4	2%
Ensino Fundamental Incompleto	60	32%
Ensino Fundamental Completo	28	15%
Ensino Médio Incompleto	10	5%
Ensino Médio Completo	72	38%
Ensino Superior Incompleto	5	3%
Ensino Superior completo	7	4%
Pós – graduação: <i>Latu senso</i>	4	2%
Total	190	100%

Quando questionados quanto ao conhecimento de que existem locais como as UC's, com características naturais relevantes, instituídos pelo poder público, criados com objetivo de conservação e com limites definidos, Unidades de Conservação, aproximadamente 53% dos entrevistados afirmaram conhecer e 47% afirmaram que não ter conhecimento. Dos que afirmaram conhecer a existência das UC's no Brasil, 41,5% afirmaram saber também que o Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, é uma UC.

Perguntou-se também se os mesmos tinham conhecimento dos danos gerados para conservação e/ou preservação dessa área devido aos lixos e efluentes lançados no local pela população do entorno, 69% afirmaram ter conhecimento.

Dos entrevistados 80% afirmam que os danos gerados devido o lançamento do lixo e esgoto da população do entorno para a área afetam a sua vida. Ao afirmar isso, eles mencionavam principalmente a piora da qualidade do ar, que pode num futuro causar problemas de saúde já que frequentam o local com assiduidade. Observa-se resultado semelhante em um trabalho realizado por Costa et al. (2004), onde 70% dos entrevistados afirmaram ter consciência dos danos gerados pela poluição para a conservação e preservação do Rio Passo Fundo (RS).

No ponto de vista dos entrevistados o principal dano gerado para a conservação e preservação da área foi principalmente a poluição da água (69%). A escolha desse fator não é aleatória, pois o mesmo é o mais visível dos problemas, já que observa-se o lixo na mesma e os locais onde o esgoto do bairro saio despejados no local. A poluição do solo teve 12%, já que o lixo jogado no local estaria contaminando o solo e por consequência

esta iria ser encaminhada para a água. Os 10% referente à piora da paisagem é um aspecto principalmente visual, era abordado principalmente por pessoas que utilizavam a área principalmente para recreação. A área já foi outrora povoada com grande diversidade de animais, e por isso 5% dos entrevistados acreditam que a perda da biodiversidade é um problema, 4% acham que a diminuição das águas dos rios também é um problema gerado por essa poluição. Dados semelhantes foram encontrados por Leal et al. (2005), onde o desmatamento e a poluição dos rios foram considerados os problemas mais preocupantes para a conservação do Parque Ecológico de Belém.

Ao serem questionados sobre o benefício da construção do Parque, 87% afirmaram que se sentem beneficiados, em contrapartida 13% alegaram que beneficiou somente os moradores do bairro Bateias.

Questionados sobre a frequência de visita ao Parque (Figura 2), aproximadamente 70% dos entrevistados visitam o local com certa regularidade e apenas 4% dos entrevistados afirmaram que nunca foram ao local.

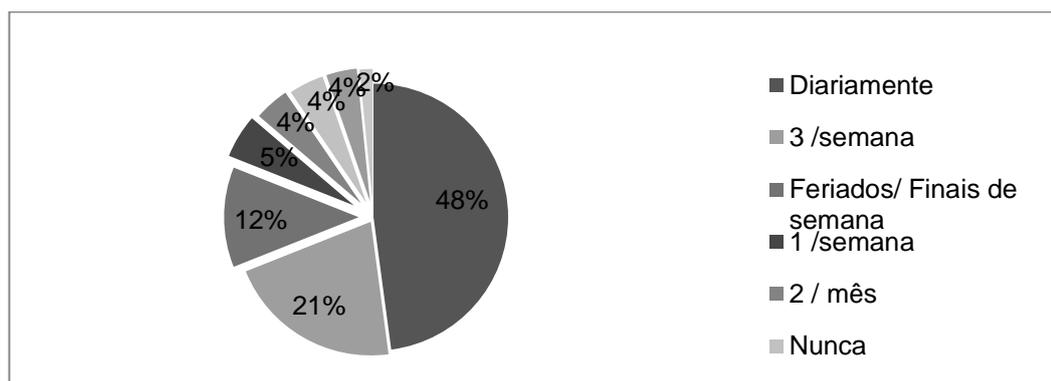


Figura 2 – Frequência de Visita dos entrevistados ao Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

As pessoas que visitam a área mensalmente, feriados e finais de semana (18%) foram indagadas para saber o motivo de não frequentar a área com maior assiduidade (Figura 3), sendo que, o motivo mais apontado foi o da falta de segurança do local (38%). Para melhorar a frequência de visita dessas pessoas ao local é preciso tornar a área mais segura, com policiamento constante. **A população da cidade de Vitória da Conquista vem sofrendo com assaltos a mão armada, isso causa certo receio em ir ao local com mais frequência já que o mesmo encontra-se situado em uma área que apresenta altos índices de violência (Ferraz, 2010).**

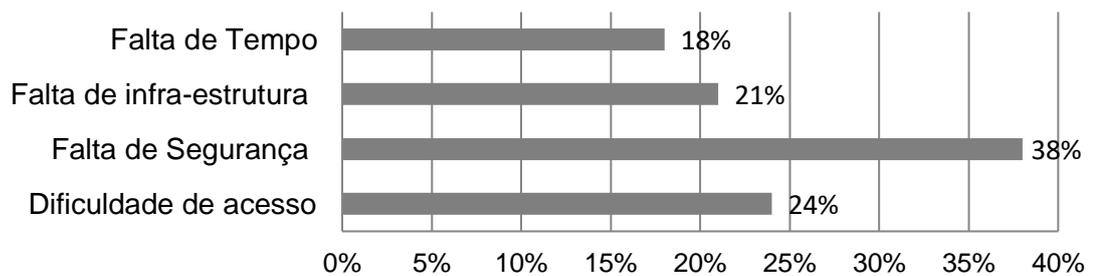


Figura 3 - Motivos de não frequentar com frequência o Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Dentre as pessoas que frequentam o local 71% usam a área para a prática de exercícios físicos, 18% vão pela área de lazer, 6% pela beleza e 5% pela presença do museu. Isso corrobora o fato de que 69% dos entrevistados frequentam a área de três a mais vezes por semana, com finalidade principal a prática de exercício.

A forma de acesso ao local usada por (Figura 4) 79% dos entrevistados vão a pé, isso acontece, pois a área está localizada dentro de um bairro residencial. Os 21% restantes frequentam a área com algum outro tipo de transporte.

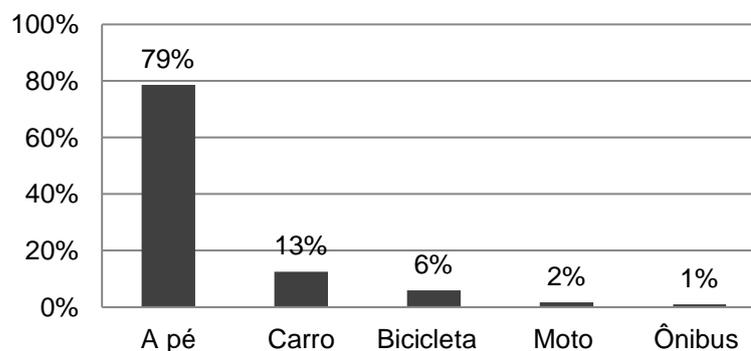


Figura 4 – Forma de Acesso ao Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Questionados sobre a importância do PMULB para a cidade de Vitória da Conquista 96% dos entrevistados consideram importante, pois proporcionou uma área de lazer. Vale ressaltar que os entrevistados que não acharam o local importante para a cidade (4%) moram no entorno e nunca foram ao local.

O motivo da criação do PMULB não estar claro para 73% dos entrevistados. Dos que afirmaram saber 27%, destes 17% afirmam que foi criado para ter uma área de recreação no local, 8% mencionam que foi criada para conservação da fauna e flora, e 4% afirmam que foi criada para captação de esgoto.

O estado de conservação do local (Figura 5) foi considerado razoável, ruim e péssimo por 56% dos entrevistados. Tal situação relaciona-se à falta de saneamento básico do bairro onde está inserido o Parque e também pela falta de manutenção do mesmo. Alguns entrevistados mencionaram ainda que o local foi abandonado. Dados semelhantes foram encontrados em um estudo realizado quanto ao ambiente do rio Passo Fundo (RS) onde cerca de 85% dos entrevistados classificaram-no como poluído (Costa et al., 2004).

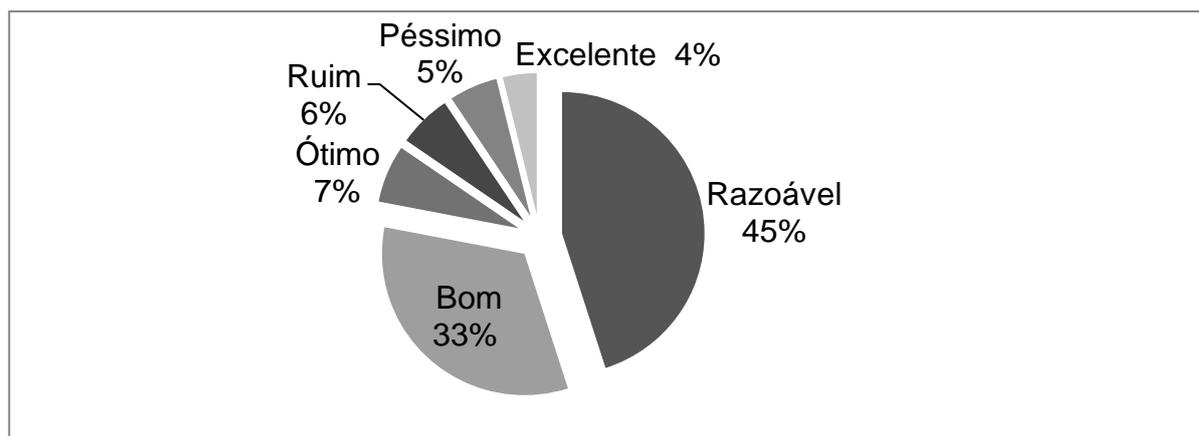


Figura 5 – Estado de Conservação do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Apenas 42% dos entrevistados se mostram dispostos à pagar (DAP) pela conservação/preservação da área e 58% afirmaram que não pagariam. Braga et al. (2005) obteve o índice de 94% pela DAP para evitar a degradação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS). Leal et al. (2005) ao avaliar a DAP para a conservação/preservação do Parque Ecológico Municipal de Belém(PA) obteve um índice de 90%. Martins (2002) obteve o índice de 75,8% de DAP pelos recursos ambientais da praia de Jericoacoara (CE). Silva (2003), ao avaliar a DAP para a manutenção e conservação do Parque Ambiental Chico Mendes, Rio Branco (AC) obteve o índice de 68% de respostas positivas. Sousa e Mota (2006), na valoração do Parque Metropolitano de Pituaçu – Salvador (BA), 63,4% dos usuários informaram estar dispostos a pagar um valor mensal pela manutenção das funções do ativo.

Um maior percentual de DAP negativo, também foi encontrada por Santana e Mota (2004) no Parque Nacional do Jáu na Amazonas (AM), 66,7% dos entrevistados, Adams et al. (2004), com 65% no Parque Estadual do Morro do Diabo (SP) e Milkhailova e Barbosa (2004) no Parque Estadual do Rio Doce (MG) com 78%.

Os motivos alegados para o não pagamento da DAP (Figura 6) devem-se principalmente ao fato de que os entrevistados afirmam pagar muitos impostos e taxas, sendo que os mesmos não veem a aplicação do recurso. Mattos et al. (2007) encontraram resultados semelhantes sendo que os motivos mais citados foram: “já paga muitos impostos e taxas” (30%), “o problema é do governo” (27%) e “não confia no uso dos recursos” (16%).

Sousa e Motta (2006) observaram que 65,3% atribuíram a responsabilidade ao governo, 18,8% alegaram motivos econômicos e 11,6% justificaram que já pagam muitos impostos. Fonseca e Drumond (2003) acham que respostas do tipo: "já pago impostos", "problema do governo", nesse caso expressando que não confia no uso dos recursos, expressa o viés do subdesenvolvimento da população. Mattos et al. (2007) também acreditam que esses motivos apresentados captam atitudes de protesto e indicam o viés do subdesenvolvimento por causa das altas taxas tributárias impostas pelo governo brasileiro e o descrédito no uso dos recursos quando repassados para os órgãos públicos.

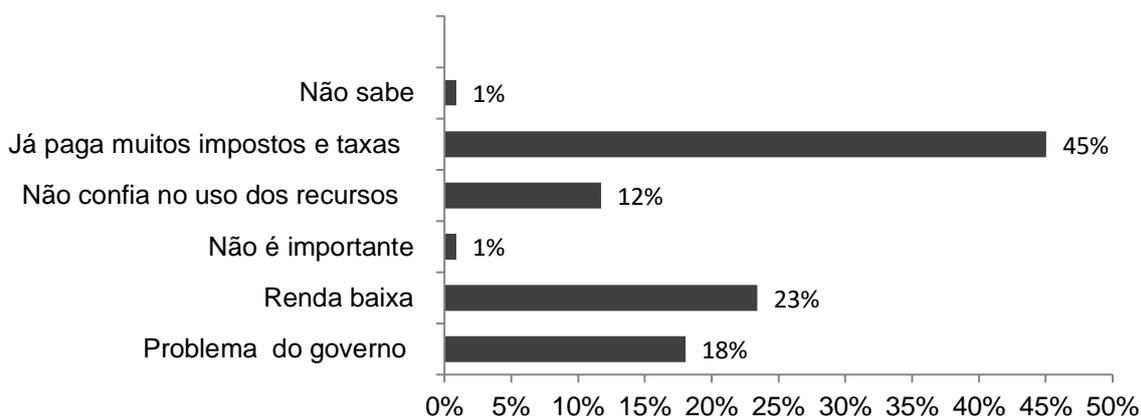


Figura 6 – Motivos expressados para justificar a Disposição a pagar negativa pelos entrevistados do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

A distribuição dos valores da DAP encontra-se na Tabela 4, sendo que o valor de R\$ 5,00 foi citado por 30% dos entrevistados, e que cerca de 25% estariam dispostos a pagar o valor de R\$ 1,00 mensal. Leal et al. (2005) obtiveram um índice de 90% de DAP, sendo que destes, 33 (73%) pagariam até R\$ 10,00 e, um entrevistado pagaria mais de R\$ 1.000,00.

Tabela 4 – Distribuição da disposição a pagar mensal pelos entrevistados pela conservação/preservação do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

DAP (R\$)	Número de entrevistados	%
0,50	7	9
1,00	20	25
2,00	14	18
3,00	2	3
4,00	4	5
5,00	24	30
10,00	6	8
14,00	1	1
20,00	1	1
Total	79	100

A DAP média encontrada no presente trabalho foi de R\$ 3,64. Braga et al., (2005) encontrou uma DAP média de R\$ 7,94. Fonseca e Drumond (2003) encontraram a média da DAP em R\$10,00.

Acerca da disponibilidade de dedicar parte do tempo disponível semanalmente para trabalhar voluntariamente (DATv) pela recuperação e preservação dessa área, 66% afirmaram que não, sendo o principal motivo a falta de tempo, 4% disseram que não adiantaria e 2% afirmaram que não é problema dele. Tal resultado teve semelhança com os resultados encontrados por Fonseca e Drumond (2003) sobre disposição a trabalhar voluntariamente pela recuperação e preservação da lagoa de Itaipu que revelou que 54% afirmaram estarem dispostos a realizarem trabalho voluntário, e 42% não aceitaram fazer um trabalho voluntário na área.

Aos que responderam afirmativamente quanto a disposição ao trabalho voluntário (34%), foi perguntado ainda de quanto tempo semanalmente ele disporia para essa ação, sendo que 48% afirmaram que poderiam durante uma hora por semana. Alguns associaram essa hora com o horário de fazer a caminhada, pois além da prática de sua atividade ainda estariam realizando trabalhando voluntario no local. No mesmo trabalho realizado por Fonseca e Drumond (2003), a quantidade de horas que os 42% dos entrevistados estariam disponíveis foi principalmente entre uma hora e duas horas, totalizando 30,6%.

Analisando-se os dados encontrados da escolaridade com a DAP em cada grau de escolaridade, percebe-se uma associação fraca entre essas duas variáveis. **Silva (2003) não achou relação estatística significativa entre a escolaridade e a**

disposição a pagar por um bem ambiental. A Figura 7 mostra o grau de instrução do entrevistado com as respostas obtidas pela DAP. Notou-se que em todos os graus de instrução tem-se respostas negativas para DAP, porém o grupo que mais se sobressai é o ensino médio completo e o Fundamental incompleto.

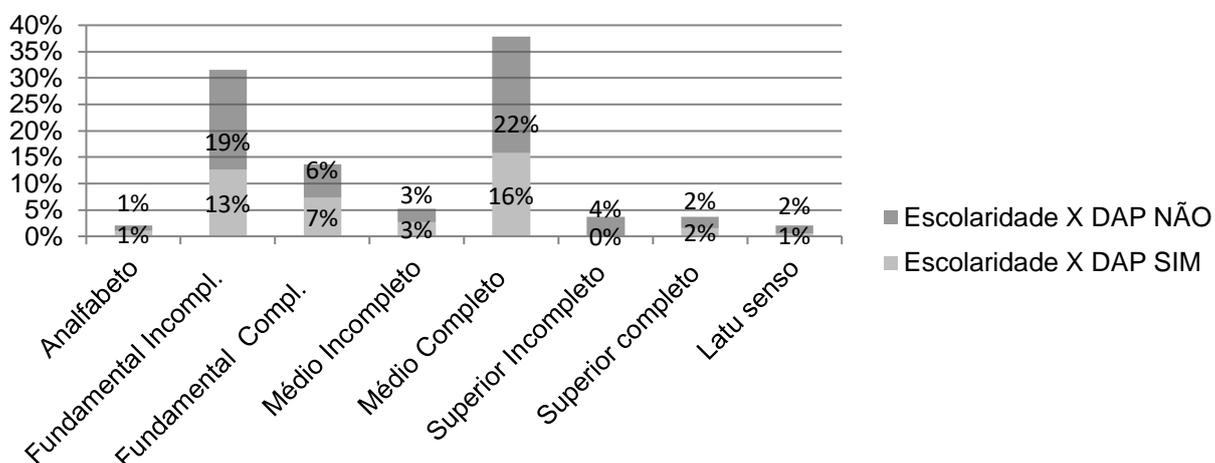


Figura 7 – Relação existente entre o grau de escolaridade e a Disposição à pagar dos usuários do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Analisando-se a correlação existente entre a DAP e a DATv (Figura 8), notou-se que dos entrevistados que possuíam a DAP positiva, aproximadamente 28% não se mostraram disponíveis para o trabalho voluntário. Isso pode ser explicado pois como já estão contribuindo monetariamente eles não se sentem mais responsáveis em cooperar de outra maneira para a preservação do bem. Dos que deram uma DAP negativa 38,7%, não estariam dispostos a realizar o trabalho voluntário, onde a principal causa apontada é a falta de tempo. Observou-se que a relação entre as pessoas que pagam e a realização de trabalho voluntario é muito pequena. Estatisticamente, de acordo com o coeficiente de contingência de Pearson, nessa relação (0, 6165) existe uma associação moderada entre o DATv e o DAP.

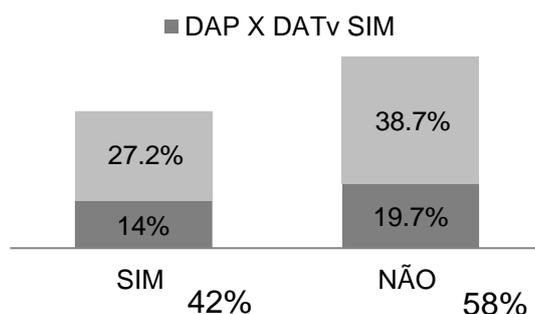


Figura 8 – Relação existente entre a disposição a pagar e a disposição ao trabalho voluntário dos usuários do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

Mediante a análise das variáveis o benefício pela construção do PMULB e a DAP (Figura 9), percebe-se que apenas os que se sentiram beneficiados pela construção do local estão dispostos a pagar (DAP), e os 13% que não se sentiram beneficiados pela construção do PMULB, encontram-se entre os que deram uma DAP negativa, equivalendo a 13% do total de entrevistados. De acordo com o coeficiente de contingência de Karl Pearson (0,603695978), existe uma associação moderada entre essas duas variáveis.

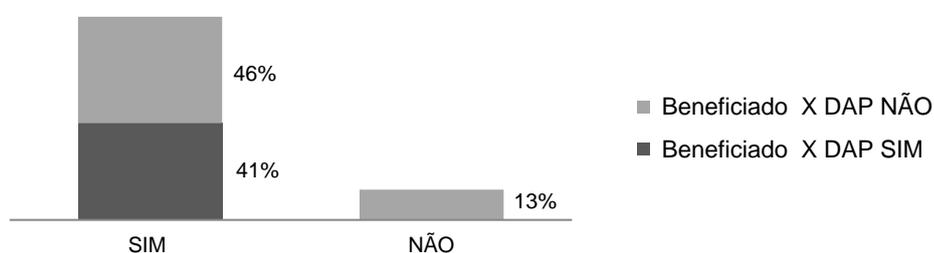


Figura 9 – Relação existente entre os beneficiados e a Disposição a Pagar dos usuários do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

A frequência da visitação ao local e a DAP estão correlacionadas fortemente, isso pode ser observado na Figura 10, com isso pode-se constatar que essa variáveis são proporcionais, já que quanto maior a visitação ao local, maior a DAP positiva e quanto menor a frequência da visitação são encontrados maior percentagens de DAP negativas.

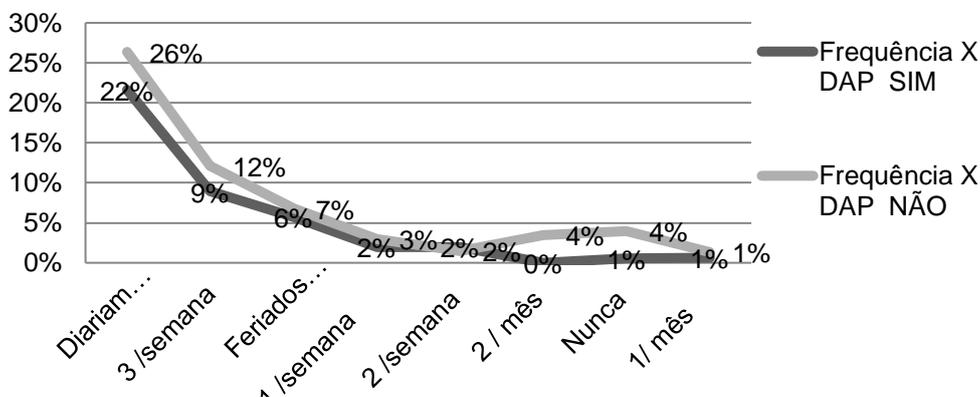


Figura 10 – Relação existente entre a frequência de visitação ao local com a Disposição à pagar dos usuários do Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, BA.

CONCLUSÕES

1. Os resultados deste trabalho permitiram concluir que a maioria dos entrevistados apresentam um estreito relacionamento com o PMULB, em termos de visitação, porém não tem conhecimento aprofundado do seu histórico.

2. Embora a maioria dos entrevistados usufruam diretamente da área de lazer do parque, a disposição a pagar encontrada foi baixa já que a aplicação do Método de Avaliação Contingente (MVC) permitiu constatar que apenas 42% dos usuários do Parque estão dispostos a pagar pela manutenção das suas funções tendo sido encontrada uma DAP média de R\$ 3,64/mês. **Esse valor pode ser usado pelo poder publico para nortear decisões, já que se o bem estivesse em melhor estado de conservação a população estaria mais satisfeita com o mesmo**

3. Faz-se necessário um programa de educação ambiental mais eficaz no local para que a população e os usuários do parque possam ter conhecimento da importância de preservar os recursos naturais, com vistas à satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras e com isso tomar medidas que sejam eficientes para a conservação do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C.; AZNAR, C. E.; SEROA DA MOTTA, R. ORTIZ, R. A.; REID, J. Valoração Econômica Do Parque Estadual Morro Do Diabo (SP). 2 ed. Páginas e letras editora e gráfica: São Paulo, 2004, 28p.

BRAGA, P. L. S.; ABDALLAH, P. R.; OLIVEIRA, C. R. Valoração Econômica do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS. In: XLI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. Anais... 17p.

BRANDLI, E. N.; PANDOLFO, A.; BECKER, A. C.; KUREK, J.; BRANDIL, G. L.; Análise das vantagens e limitações dos métodos de valoração de recursos ambientais: Método do custo de viagem, método de valoração contingente e método de preços hedônicos. In: XIII SIMPEP, 2006, Bauru, Anais... 12p.

CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Valoração contingente da área de proteção ambiental (APA) São José – MG: um estudo de caso. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, vol. 46, nº 03, p. 647-672, 2008.

COSTA, T. V. M.; FRITZ, L. F.; TEJADA, C. O. Economia e sustentabilidade: valoração ambiental do rio Passo Fundo – RS. Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.12, n.22, 2004, p.106-126

FERRAZ, R. Audiência Pública discute a violência em Vitória da Conquista. Disponível em: <<http://www.blogdaresenhageral.com.br/v1/2010/06/10/audiencia-publica-discute-a-violencia-em-vitoria-da-conquista/>> Acesso em: 10 jun de 2010

FINCO, M. V. A. Valoração econômica de zonas costeiras: o método de valoração contingente aplicado ao litoral do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/economia/professores/xavier/MVC_Costa_RS_Finco.pdf> Acesso em: 20 jan. 2010

FONSECA, S. M., DRUMOND, J. A. O valor de existência de um ecossistema costeiro tropical através da disposição ao trabalho voluntário. Revista Ambiente & Sociedade, São Paulo, v.5, n. 2, p.85 - 107 2002,

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de pesquisa Social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 05 mar. 2010.

LEAL, A. K.; CRUZ, F. M.; PORTO, L. J. L. S.; ROCHA, M. A. B.; SOUSA, R. G.; FAGUNDES, A. R.; Parque Ecológico Municipal de Belém-Pa: Uma questão de valoração econômica. In: VII CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 2005, Resumo... 2p.

LIMA, E. L.; MAIA, M. R.; SOARES FILHO, A. O.; SOUZA, A. O. Diagnóstico Ambiental da Bacia do Riacho Santa Rita, Vitória da Conquista, Ba. In: VIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 1999, Belo horizonte, v. 1. p.214-215 v. 1. p. 214-215.

MARQUES, J. F.; COMUNE, A. Quanto vale o ambiente: interpretações sobre o valor econômico Ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23.,1995, Salvador. Anais... p.633-651.

MARTINS, E.C. O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso de Jericoacoara no Ceará. Piracicaba. USP, 2002. 180f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002.

MATTOS, A. D. M.; JACOVINE, L. A. G.; VALVERDE, S. R.; SOUZA, A. L.; SILVA, M. L.; LIMA, J. E. Valoração ambiental de áreas de preservação permanente da microbacia do ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa, MG. Revista Árvore, Viçosa, v.31, n.2, p.347-353, 2007

MIKHAILOVA, I., BARBOSA, F. A. Valorando o capital natural e os serviços ecológicos de unidades de conservação: O caso do Parque Estadual do Rio Doce-MG. 2004, 14f. Trabalho de Mestrado (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre). UFMG, Belo Horizonte, 2004.

MOTTA, R. S. Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 1998. 216p.

NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, M. A. A. Quanto vale aquilo que não tem valor? Valor de Existência, Economia e Meio Ambiente. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.16 n.3, p.59-83, 1999.

NOGUEIRA, J.M., MEDEIROS, M. A.A., ARRUDA, F.S.T. Valoração econômica do Meio Ambiente: Ciência ou Empirismo. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 2. p. 81-115, 2000.

ORTIZ, R. A.; MOTTA, R. S.; FERRAZ, C. Estimando o valor ambiental do parque nacional do Iguaçu: uma aplicação do método de custo de viagem. Ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 2001. Texto para discussão Nº 777, 26p.

PEARSON, K. On the criterion that a given system of deviation from the possible in the case of a correlated system of variables is such that it can be reasonably supposed to have arisen from random sampling. Philosophical Magazine, London, 5th Series, v. 50, p. 157-175, 1900.

PMVC - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Informações Gerais da Cidade. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br/v1/pmvc.php?pg=content&id=15>> Acesso em: 05 mar. 2010.

RAVAGLIA, F. Os 10 benefícios da caminhada. Disponível em: <http://www.ortopediaesaude.org.br/index.php?option=com_easyfaq&task=cat&catid=44&Itemid=112> Acesso em: 10 jun. 2010.

ROMERO, C. Economía de los recursos ambientales y naturales. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1997. p. 51-76.

SANTANA, R. F.; MOTA, J. A. Economia e valor de existência: O caso do parque Nacional Jaú (Amazonas). Revista Economia. Curitiba, v. 30, n. 1, p. 49-63, 2004.

SANTOS, F. B.; OLIVEIRA, H. M. F.; PEREIRA, A. C. F.; MORAES, J. G.M ROCHA, W. S. A ictiofauna. 2008, 7f. Trabalho de Graduação (Graduação em biologia), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

SILVA, R.G. Valoração do Parque Ambiental “Chico Mendes”, Rio Branco – AC:uma aplicação probabilística do método referendum com bidding games. 2003. 125f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – UFV, Viçosa, 2003.

SILVEIRA, M. H. B.; PARENTE, S. C. Avifauna do parque. 2008, 8f. Trabalho de Graduação (Graduação em biologia), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

SOARES FILHO, A. O.; ALMEIDA, C. Q.; NASCIMENTO, C. G.; COSTA, E. B.; CERRADO, A. A vegetação do Parque. 2008, 14f.. Trabalho de Graduação (Graduação em biologia), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

SOUSA, G. B.; MOTA, J. A. Valoração econômica de áreas de recreação: o caso do Parque Metropolitano de Pituaçu, Salvador, BA. Revista de Economia, Paraná, v. 32, n. 1, p. 37-55, 2006.

YOUNG, C. E. F; FAUSTO J. R. B. Valoração de Recursos Naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 1997. 32p.